

UMA REFLEXÃO SOBRE A (IN)EXISTÊNCIA DO RACISMO EM ANGOLA: O QUE PENSAM OS JOVENS QUE VIVEM EM LUANDA¹

Pedro Domingos Nguvu²

RESUMO

O presente artigo apresenta a discussão sobre as impressões do racismo em Angola a partir da pesquisa via questionário virtual com jovens angolanos/as que nunca moraram fora do país, pesquisa esta que tem interesse em conhecer mais sobre como se dão os debates sobre raça e racismo no país. Na introdução, apresentamos o artigo com foco nas motivações que fundamentaram a realização desta pesquisa e o seu objetivo; Na seção um, apresentamos os conceitos chaves da pesquisa e os/as autores/as consultados/as na construção do debate teórico do estudo; na seção dois, apresentamos a metodologia usada para realização da pesquisa e tecemos um diálogo entre os textos consultados e os dados obtidos nas entrevistas; finalizamos com as considerações finais, em que apresentamos as percepções obtidas com o estudo aqui apresentado. Com efeito do levantamento, conclui-se, que, embora em Angola a população seja maioritariamente negra, a raça é uma categoria de análise que precisa ser incluída nos estudos e debates sobre a realidade social da população angolana, de forma a se aprofundar o debate sobre as relações étnico-raciais no país.

Palavras-chave: jovens negros - Luanda - condições sociais; Luanda - relações raciais; racismo - Luanda.

ABSTRACT

This article presents a discussion about the impressions of racism in Angola based on research via virtual questionnaire with young Angolans who have never lived outside the country, a research that is interested in knowing more about how debates about race take place and racism in the country". In the introduction, we present the article with a focus on the motivations that underpinned this research and its objective; In section one, we present the key concepts of the research and the authors consulted in the construction of the study's theoretical debate; In section two, we present the methodology used to carry out the research and weave a dialogue between the texts consulted and the data obtained in the interviews. We end with final considerations where we present the insights obtained from the study presented here; a dialogical construction with authors of racial themes. As a result of the survey, it is concluded that, although in Angola the population is mostly black, race is a category of analysis that needs to be included in studies and debates on the social reality of the population. Angola, in order to deepen the debate on ethnic-racial relations in the country.

Keywords: Luanda - race relations; racism - Luanda; young black people - Luanda - social conditions.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Ciências Sociais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Míghian Danae Ferreira Nunes.

² Bacharel em Humanidades e graduando em Ciências Sociais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo é fruto de uma pesquisa realizada para conclusão do curso de Ciências Sociais na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) no campus dos Malês, localizado na cidade de São Francisco do Conde (BA). A escolha do problema da pesquisa se deu durante a minha formação em Ciências Sociais quando, em contato com as aulas sobre raça e racismo e os debates sobre a realidade social dos países africanos, me interessei por questões que partiram da perspectiva da decolonialidade, aqui “[...] entendida como uma forma de superação do padrão mundial de poder capitalista, que mesmo com as independências nacionais continua a existir nas sociedades ocidentais” (Brighenti, 2016, p. 232). Diante dessas questões, como jovem angolano, passei a indagar: podemos dizer que há racismo em Angola? E se há, os/as jovens angolanos/as percebem (ou não) a existência do racismo? A partir destas indagações, formulei uma pergunta de pesquisa, a saber: existe racismo em Angola? Este texto está dividido em duas seções: na seção I, intitulada “Uma breve introdução aos conceitos de raça, racismo antinegro e juventude”, onde exponho os conceitos de raça e racismo que guiaram a pesquisa; nesta seção, trago ainda uma abordagem sobre o conceito de juventude, definindo o público-alvo com o qual realizamos a coleta de dados; na seção II, intitulada “Constatando e contestando raça e racismo em Angola: as divergências e convergências dos dados no estudo de caso, apresento a metodologia usada na realização da pesquisa e os dados obtidos, realizando análises e discussões acerca dos achados a partir dos textos de: Zilá Bernd (1994), Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2003), Kabengele Munanga (2003), Sylvia da Silveira Nunes (2010), Flávio Carrança (2012), Joana Garjão Henrique (2016), Aline dos Santos (2016), Medrado Táhcita Mizael, Marina S. L. Bezerra Castro e Alexandre Dittrich (2021), Bartolomeu José Epalanga Agostinho (2022) e Isaura Nangombe Tchicuhonga (2022).

Já que escolhi Angola para realizar a pesquisa que deu origem a este artigo, convém aqui uma breve apresentação. Angola é um país africano localizado na costa ocidental da África Austral, ao sul do Equador. A superfície do país é de 1.246.700 Km² e é dividido em 18 províncias, sendo Luanda a sua capital. A Norte e Nordeste, o país faz fronteira com a República Democrática do Congo e Congo Brazzaville, a Leste, com a Zâmbia, a Sul, com Namíbia e a Oeste é banhada pelo oceano Atlântico. Embora o país tenha adotado o português como a sua língua oficial, fruto do processo colonial advindo de Portugal, Angola possui uma sociedade plural e multicultural, fruto da migração e “invasão” de diferentes povos africanos na região.

Segundo Almeida (2013), o povo *khoisan*, também conhecidos como bosquímanos, boximanes, hotentotes, coisã ou coissã, foram os primeiros a habitar nas regiões hoje conhecidas por Angola, estes viram as suas terras sendo invadidas pelos Bantos que segundo Wheller e Pelissier (2013), foram os primeiros a invadir o país. Os bantos vinham de uma emigração que se originou das regiões hoje conhecidas como Camarões e Nigéria e, além de agricultores, dominavam a metalurgia do ferro. A coabitação e a relação entre os *khoisans* e os Bantos deu origem a diferentes grupos étnicos presentes no país até os dias atuais.

Nasci e cresci em Angola e, com a vinda para o Brasil, passei a ter contato com os debates sobre relações raciais no Brasil através do curso de sociologia da UNILAB - Malês (BA), e percebi a necessidade de adicionarmos ao debate da realidade socioeconômica angolana as pautas relacionadas a raça, por compreender que ela pode ser uma categoria social usada para ler a realidade da sociedade angolana pois, sendo a raça um discurso usado pelas sociedades humanas na criação de comunidades e grupos étnicos como apontado por Guimarães (2003), ela nos possibilita entender como se configura a população angolana e a explicar as desigualdades vivenciadas no território a partir de uma análise social que dá conta da diferença racial existente no país. E o racismo, pelo entendimento de que este, segundo Guimarães (2005), atua como uma ferramenta de produção e manutenção de desigualdades sociais e econômicas através de diferentes mecanismos tais como raça, etnia ou cor da pele.

Estas percepções fomentaram em mim o desejo de seguir conhecendo e estudando sobre as relações étnico-raciais de Angola. Nesse sentido, a origem da pesquisa em questão, intitulada **Uma reflexão sobre a (in)existência do racismo em Angola: o que pensam os/as jovens que vivem em Luanda?**, tem como objetivo principal investigar a existência ou não do racismo em Angola, através das impressões sobre raça e racismo no país, tendo como ponto de partida o olhar e a compreensão de jovens angolanos/as residentes no país desde que nasceram. As respostas foram obtidas através de questionário virtual enviado no mês de março de 2024.

A escolha do questionário virtual como ferramenta da pesquisa, se deu pelo reconhecimento das suas vantagens para o estudo em questão. Desde a pandemia de COVID-19 em 2020, o questionário virtual passou a ser um instrumento cada vez mais utilizado na atualidade para a produção das pesquisas, possibilitando um nível maior de agilidade, abrangência e respostas nas pesquisas. Segundo Bastos, Sousa, Silva e Aquino (2023), as vantagens do questionário *online* variam do alcance geográfico que este tem que, por consequência, permite que mais pessoas tenham acesso ao formulário ao seu fácil acesso, uma vez que os/as respondentes/as da pesquisa podem acessar e responder as perguntas no momento e local que lhes for conveniente. Quanto ao recorte espacial e do grupo entrevistado, estes

critérios foram escolhidos na intenção de coletar dados sobre o pensamento da juventude negra angolana residente no país em relação a raça e o racismo em Angola, de modo a contribuir com os estudos sobre relações raciais na Ciências Sociais.

2 UMA BREVE INTRODUÇÃO AOS CONCEITOS DE RAÇA, RACISMO ANTINEGRO E JUVENTUDE

Antes de qualquer conceito a ser apresentado é preciso dizer que o que proponho nesta escrita é uma relação dialógica entre autores/as e textos que substanciam a lógica narrativa sobre raça e racismo com os atravessamentos dos dados desse estudo em seus aspectos sociológicos, a fim, sobretudo, de fortalecer a coerência entre o que as respostas dos/as entrevistados/as da pesquisa e o texto em questão convergem e divergem mutuamente com as questões aqui apresentadas.

2.1 RAÇA

No artigo intitulado “Como trabalhar com ‘raça’ em sociologia”, o autor Guimarães (2003), aponta que a ideia de raça é uma categoria analítica que embora inicialmente tenha sido usada pela biologia e a antropologia física para dividir e categorizar os seres humanos em subespécies, esta foi reivindicada pela sociologia que compreende que através da ideia de raça é possível estudar, analisar e compreender a formação das sociedades humanas.

Além do Guimarães (2003), para construção do debate racial desta pesquisa, trazemos as abordagens e conceitos de raça apresentadas por Bernd (1994), Munanga (2003) e Nunes (2010), que em suas abordagens, a partir de uma retrospectiva histórica datada desde o século XV relatam como, quando e onde a categoria raça passou a ser usada para distinguir os seres humanos, ressaltando as implicações do uso desta categoria para os povos racializados.

2.2 RACISMO ANTINEGRO

Compreendemos que o racismo é um comportamento social que não se restringe simplesmente ao povo negro por existir outros grupos radicalizados e subalternizados; o que nos motiva a usar o adjetivo antinegro que evidencia o racismo sofrido por pessoas negras. Deste modo é importante pontuar que:

Como ponto de partida, a antinegritude é o fundamento da Humanidade. O ser moderno se define em oposição ao não ser negro. Quando Frantz Fanon (1967) descreve o inconsciente coletivo moderno, ele coloca o medo e o ódio à pessoa negra no seu centro nevrálgico. O ódio à pessoa negra na verdade é o ódio ao não ser, ao não lugar, ao não humano (Fanon, 1967; Gordon, 1999). Assim, ao passo que, da perspectiva do racismo, a discriminação racial é algo que pode ser eliminado ou pelo menos combatido, da perspectiva da antinegritude, essa proposição fica mais complicada. Isso porque, nessa perspectiva, trata-se não apenas de eliminar um conjunto de práticas sociais e institucionais (o racismo), mas de questionar fundamentalmente a própria noção de Humanidade e sua dependência na exclusão daquelas consideradas não pessoas. A antinegritude é constitutiva da Humanidade. Ser humano é não ser negro. (Vargas, 2019, p. 18)

De acordo com Vargas (2019), o racismo antinegro surge do desejo do homem branco de se constituir como o ser moderno. Na construção de si, o ser branco define-se em oposição ao ser negro através de teorias racistas que além de desumanizar o negro, normalizou a sua colonização, escravidão e tráfico.

2.3 JUVENTUDE

Escolhi trabalhar com a juventude por compreender que ela “pode ser pensada como um ator que (des)orienta a vida social com base no quanto catalisa, rejeita ou contesta os anseios de uma sociedade mais ampla” (Fernandes, 2019, p. 341). Desta feita, tendo em conta o fato de que a nossa pesquisa tem como foco a percepção dos/as jovens angolanos/as sobre raça e racismo em Angola, nos deparamos com as seguintes questões: o que é a juventude? e quem é jovem?

De acordo com Oliveira (2011), vários são os debates que giram em torno do conceito de juventude; a autora aponta que existem duas correntes de pensamento que debatem a juventude, a citar: a corrente geracional e a corrente classista.

Para o efeito, ser jovem apresenta-se como uma condição essencial pois o seu estatuto é sinónimo de vitalidade, empreendedorismo, modernidade, criatividade e dinamismo. O conceito de juventude, amplamente debatido pela sociologia [Bourdieu 1983, Pais 1990, País 1991, Pais 1996, Giddens 2001] tem, de acordo com Pais [1990], balancado entre duas correntes: a corrente geracional (idade biológica) e a corrente classista (reprodução das classes sociais). (Oliveira, 2011, p. 163)

Na contramão de Bourdieu que, segundo Pereira (2007), percebia a juventude como apenas uma palavra que só faz sentido quando aplicado no contraste entre o mais novo e o mais velho, Oliveira (2011) aponta que a juventude é uma categoria que não se resume à idade do indivíduo.

Histórica e socialmente, a juventude tem sido caracterizada como uma etapa da vida pela qual todos passamos, entre a infância e a maturidade, marcada sobretudo por experiências, por um desenvolvimento físico, emocional, psicológico e social, por uma tomada de consciência, de atitudes e de decisões face a situações importantes que podem influenciar e condicionar o futuro de cada um. (Oliveira, 2011, p. 164)

Compreende-se então que a juventude é uma categoria definida por múltiplas causas.

Constatamos que ser jovem, de acordo com a visão dos/as jovens, tem relação com a linguagem, aparência, modo de questionar, criatividade, consciência, correr risco e não ter perspectivas. Nesse sentido, Dayrell (2002) afirma que não podemos definir um único conceito de juventude, mas, sim, juventudes. O autor afirma que aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais fazem com que tenhamos, em cada localidade, um tipo de juventude. Ou seja, ser jovem hoje tem relação com vários fatores, multicausais e fragmentados como o tempo em que vivemos. (Moreira; Rosário; Santos, 2011, p. 458)

Temos em conta o fato de que a juventude pode ser definida através de vários aspectos, tais como sociais, econômicos, políticos e culturais, mas entendemos que o recorte etário diz respeito não apenas a um grupo de idade, mas a uma ideia de geração.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística de Angola (INE, 2020), a Carta Africana para Juventude considera jovens as pessoas com a idade compreendida dos 15 aos 35 anos de idade. Já no estudo sobre as características dos/as jovens em Angola, fruto do Inquérito sobre Despesas, Receitas e Emprego em Angola (IDREA), realizado nos anos de 2018 e 2019 pelo INE, foi definido pelo instituto como jovem angolano a população com a idade compreendida entre 15 aos 34 anos de idade. Tendo em conta os dados apresentados acima e o recorte territorial neste trabalho (Angola), ficou definido que a faixa etária dos/as entrevistados/as seria categorizada a partir do segmento jovem da população angolana, compreendida dos 15 aos 34 anos de idade.

Até aqui, foram apresentados os conceitos que guiam a presente pesquisa. Seguindo desta seção, darei início à seção II, cujo foco central é abordar sobre as impressões dos/as jovens angolanos/as/as/as/as/as/as/as/as/as sobre raça e racismo em Angola.

3 CONSTATANDO E CONTESTANDO RAÇA E RACISMO EM ANGOLA: AS DIVERGÊNCIAS E CONVERGÊNCIAS DOS DADOS NO ESTUDO DE CASO

Para a escrita do presente artigo, realizamos uma pesquisa qualitativa, metodologia que, de acordo com Bogdan e Biklen (1994), tem como principal característica a imersão do pesquisador no contexto social e cultural a ser estudado por se entender que “ [...] as ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas em seu ambiente habitual de ocorrência” (p. 48).

Desta feita, tendo em conta que “a investigação qualitativa é descritiva” (Idem, p. 48). Usamos a entrevista com meio de coleta dos dados analisados no presente estudo. Assim, após a realização da pesquisa, enviou-se um *link* em abril de 2024 via *e-mail*, contendo o questionário via plataforma virtual para dez possíveis entrevistados/as; destes, sete responderam à pesquisa, mas como um deles não respondeu a idade, algo que era um critério de exclusão para a participação, apresentaremos as análises de seis questionários. O questionário tinha 16 perguntas (5 fechadas e 11 abertas) que versaram sobre os temas de raça e racismo, buscando compreender como os/as jovens angolanos/as enxergavam estes debates no país. Segundo Miranda apud Bastos; Sousa; Silva e Aquino (2023), para especificar melhor,

um questionário pode ser definido como um conjunto de perguntas, que obedecem a uma sequência lógica, sobre variáveis e circunstâncias que se deseja medir ou descrever. O questionário pode ser aplicado para que um povo seja conhecido em suas crenças, conhecimentos, representações e informações pontuais ou para questões a respeito do meio em que vivem. [...] o questionário apresenta uma série de vantagens que o tornam um instrumento valioso para a coleta de dados em pesquisa. Essas vantagens incluem economia de tempo e recursos, rapidez e precisão na obtenção de respostas, padronização e uniformidade, maior abertura dos participantes, possibilidade de análise estatística, facilidade de administração e cobertura populacional ampla. O questionário permite a obtenção de uma grande quantidade de dados de forma eficiente e possibilita análises quantitativas que auxiliam na compreensão de fenômenos e no estabelecimento de relações entre variáveis. (Miranda, 2020 *apud* Bastos; Sousa; Silva; Aquino, 2023, n.p)

Tendo em conta as vantagens oferecidas pelo questionário virtual sobretudo para uma pesquisa de alcance internacional, esta ferramenta foi escolhida para o presente artigo pelas facilidades que a Internet possibilita, para agilizar a realização do objetivo principal, que é investigar as impressões dos/as jovens angolanos/as que vivem no país sobre a existência ou não do racismo em Angola.

Em sua execução, a seleção dos/as entrevistados/as se deu a partir dos seguintes critérios:

1. **Idade:** trabalhei com jovens entre os 15 aos 34 anos de idade;
2. **Nacionalidade:** uma vez que a pesquisa tem como recorte geográfico o território angolano, parti do princípio de que a própria população deve falar de si;
3. **Domicílio:** para que a pesquisa não fosse afetada pelo olhar de quem vê Angola de fora, decidi que os /as entrevistados/as fossem pessoas que residem no país e até no momento da pesquisa não haviam saído do mesmo;
4. **Raça/cor:** o levantamento dos dados sobre a cor/ raça dos /as participantes da pesquisa se deu através da auto identificação.

A escolha dos/as entrevistados/as deu-se a partir de rede pessoal de contatos, haja vista que não pude deslocar-me para Angola para realizar esta seleção. Assim sendo, convidei as pessoas a participarem via aplicativo de mensagem instantânea; essa decisão foi tomada também por conta do tempo que eu tinha para realizar a pesquisa e os recursos disponíveis. Desta feita, a partir da hetero identificação dos meus contatos, convidei 10 pessoas, sendo estas cinco mulheres e cinco homens, tendo em conta os critérios acima citados. Assim, a partir de uma seleção de quem se encaixava no perfil da pesquisa, escolhi os possíveis entrevistados que após aceitarem o convite de participar da mesma receberam uma mensagem com o link do formulário para acesso ao questionário virtual padronizado.

Após a realização das entrevistas, os dados coletados foram processados, dando origem às informações que compõem a discussão seguinte cujo foco é o debate sobre a existência ou não do racismo em Angola.

3.1 PERFIL DOS/AS ENTREVISTADOS/AS

De acordo com as respostas obtidas sobre a faixa etária dos participantes, a idade mínima e máxima varia entre 16 e 29 anos; importante salientar que, apesar de terem sido enviados um número igual de questionários para pessoas que hetero identificamos como homens e mulheres, entre os/as entrevistados/as respondentes, o número de mulheres foi de 70% e de homens, 30%.

Quanto ao quesito cor ou raça, dos 6 entrevistados/as, um se considera negro, um (a) se considera preto (a), três preferiram não se identificar e uma se considera ruiva; é importante salientar que a designação da cor/ raça dos/as participantes da pesquisa se deram pela autoidentificação, caminho que deu direito aos/às entrevistados/as de expressarem como se veem, ainda que características do cabelo – ruiva –, que necessariamente não expressam uma cor/raça em absoluto tenham sido aqui utilizadas. Importa dizer ainda que, pensando a partir da

heteroidentificação, todas as pessoas contactadas foram lidas pelo pesquisador em questão como negras (pretas ou pardas).

Como idealizado, todos os participantes declararam ter a nacionalidade angolana e residir na capital do país, Luanda. Quando tratado do quesito grau de escolaridade, dos seis entrevistados/as, três declararam ter o ensino médio completo, um (a) declarou ter o ensino superior completo e dois (as) declararam ter o ensino superior incompleto. Esses dados são importantes para realização do debate do racismo nos diversos âmbitos encontrados nas seguintes respostas dadas, ainda neste formulário.

3.2 A PERCEPÇÃO DOS/AS JOVENS ANGOLANOS/AS SOBRE RAÇA

Considerando que este trabalho tem uma centralidade nas questões de cor e raça, adentramos a nossa pesquisa com a pergunta “Já ouviste falar de raça?”. Diante das respostas, percebeu-se que todos/as os/as entrevistados/as declararam já terem ouvido falar sobre raça em algum momento de suas vidas. Em relação ao questionamento sobre onde ouviram falar sobre raça, os/as entrevistados/as responderam que ouviram falar sobre raça na escola, igreja, televisão, rádio e jornais.

Na sequência, buscou-se saber o entendimento dos/as entrevistados/as sobre a raça através da pergunta “o que vocês entendem por raça?”, com as respostas obtidas foi possível observar que há uma convergência na ideia dos (as) entrevistados (as) de que a raça é uma categoria de análise usada para distinguir povos conforme as suas características físicas, que variam conforme a cor da pele, o tipo de cabelo e as características faciais. Segundo Guimarães (2003), a definição de raça a partir das características físicas dos indivíduos associa-se ao discurso científico da biologia.

Na esteira deste discurso, o antropólogo e professor Kabengele Munanga (2003), especialista em antropologia da população afro-brasileira, sinaliza que Estudos etimológicos da palavra raça apontam que primeiramente a palavra foi usada para estabelecer diferenças entre plantas e animais e, só mais tarde ela passou a ser usada entre os seres humanos.

Etimologicamente, o conceito de raça veio do italiano *razza*, que por sua vez veio do latim *ratio*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, o conceito de raça foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais. Foi neste sentido que o naturalista sueco, Carl Von Linné conhecido em português como Lineu (1707-1778), o usou para classificar as plantas em 24 raças ou classes, classificação hoje inteiramente abandonada. (Munanga, 2003, n.p)

Segundo Nunes (2010), o conceito raça começou a ser usada no século XV, com o objetivo de identificar os reis e a sua descendência através de características que eles possuíam, características essas inatas ao ser humano. Munanga (2003), aponta que a partir do século XVI o conceito de raça passou a ser utilizado na França para justificar a ideia de pureza por parte da nobreza francesa que se identificavam com os francos, estes de origem germânica, em oposição aos gauleses tidos como a plebe. Na sequência destes fatos, no século XVIII, os filósofos iluministas além de contestarem o fato da igreja e dos príncipes terem monopolizado o conhecimento e a explicação referente a história, eles se recusaram a aceitar as explicações cíclicas criadas e fundamentadas na idade de “ouro”. Assim sendo, os iluministas buscaram explicar a realidade humana através de explicações baseadas na razão transparente e universal e na história cumulativa e linear, dando origem a disciplina chamada História Natural da Humanidade, transformada mais tarde em Biologia e Antropologia Física.

Neste contexto, de modo a explicar a diversidade humana, os iluministas apossaram-se do conceito de raça até então usada na botânica e na zoologia para a partir da razão nomear as diferentes raças humanas. Durante os estudos, a cor da pele foi usada como critério para a classificação dos povos, dividindo assim os seres humanos em três raças presentes até hoje no imaginário coletivo e na terminologia científica a citar: a raça branca, a raça negra e a amarela.

Ainda segundo Nunes (2010), já no século XIX, a classificação racial deixou de ser somente por intermédio da cor da pele e ganhou um sentido morfológico, o que fez com que os povos passassem a ser classificados a partir da forma e tamanho do nariz, dos lábios, do queixo, do formato do crânio, do ângulo facial etc. Em relação à classificação morfológica, “o crânio alongado, dito dolicocefalo, por exemplo, era tido como característica dos brancos “nórdicos”, enquanto o crânio arredondado, braquicefalo, era considerado como característica física dos negros e amarelos” (Munanga, 2003, n.p).

Guimarães (2003) aponta que a ideia da existência de uma raça humana, além de hierarquizar as sociedades e as populações humanas, fundamentou um certo racismo doutrinário que deu respaldo a insanidades políticas cujo resultados foram holocaustos e genocídios. O autor aponta também que somente após a Segunda Guerra Mundial viu-se um esforço de todos os cientistas - biólogos, sociólogos e antropólogos de sepultar a ideia de raça, desautorizando o seu uso como categoria científica. Desta feita, ainda no século XX, com o progresso da genética, estudos feitos para comprovar a existência ou não de raças humanas apontaram que a raça não é uma realidade biológica, ou seja, as ciências biológicas não comprovam a existência de diferentes raças humanas.

O cruzamento de todos os critérios possíveis (o critério da cor da pele, os critérios morfológicos e químicos) deu origem a dezenas de raças, sub-raças e sub-sub-raças. As pesquisas comparativas levaram também à conclusão de que os patrimônios genéticos de dois indivíduos pertencentes a uma mesma raça podem ser mais distantes que os pertencentes a raças diferentes; um marcador genético característico de uma raça, pode, embora com menos incidência ser encontrado em outra raça. Assim, um senegalês pode, geneticamente, ser mais próximo de um norueguês e mais distante de um congolês, da mesma maneira que raros casos de anemia falciforme podem ser encontrados na Europa, etc. Combinando todos esses desencontros com os progressos realizados na própria ciência biológica (genética humana, biologia molecular, bioquímica), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram a conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito aliás cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem. (Munanga, 2003, n.p)

Segundo Bernd (1994), quando aplicado ao ser humano, a raça que por sua vez sustenta o racismo, compreendido como “[...] fenômeno comportamental, socialmente construído, que opera a partir das raças que se consideram superiores às demais” (Santos, 2016, p.15), se torna insustentável como justificativa da superioridade e inferioridade de determinadas raças. Diante dessa desconstrução sobre a ideia outrora criada sobre raça, o autor Guimarães (2003), aponta que hoje a raça é uma categoria analítica das ciências sociais porque se origina do discurso sobre a origem das sociedades humanas que buscam através da ideia de raça transmitir as suas essências por gerações, logo, o autor ressalta que a raça é um discurso usado para criar comunidades.

Compreendemos que a raça é uma categoria de análise para as ciências sociais, ela aparece neste estudo como um dado importante na pesquisa para se compreender a realidade social angolana a partir das percepções dos/as entrevistados/as como as evidenciadas nos parágrafos abaixo. Assim, na compreensão de que é na ideia de raça que se sustentou o racismo, buscamos na próxima seção, compreender a percepção dos/as jovens angolanos/as sobre o racismo.

3.3 A PERCEPÇÃO DOS/AS JOVENS ANGOLANOS/AS SOBRE O RACISMO

Quando tratamos do racismo, todos os/as entrevistados/as declararam já terem ouvido falar sobre a questão. Em resposta à pergunta, “onde ouviste falar sobre racismo?” os/as entrevistados/as apontaram que ouviram falar sobre racismo na escola, igreja, televisão, rádio, jornais, no cotidiano, em casa e na rua. No texto “O combate ao racismo nos meios de comunicação: a experiência dos sindicatos de jornalistas”, Carraça (2012) aponta que a nossa visão do mundo é influenciada por vários fatores presentes no nosso dia a dia, tais como: as

relações que mantemos, os diálogos, as leituras, as aulas e as informações que consumimos diariamente. O autor ressalta que o jornalismo é um dos meios usados para se conhecer a realidade à nossa volta. Desta feita, ao se perceber a influência dos jornais no comportamento da população, o movimento negro reconheceu nesta ferramenta um poder enorme tanto para a construção e reforço dos preconceitos como para promoção da igualdade, o que motivou os jornalistas negros e antirracistas abordarem sobre o racismo nas suas matérias.

Hoje, vivendo a era da informação, com o debate sobre raça e o racismo presentes nos meios de comunicação, nas produções artísticas como (música, teatro, filme, pintura, desenho etc.) e nas mídias sociais, o acesso a essas informações, debates e conhecimentos, tornou-se mais acessível para a população angolana. Este fato faz com que o debate transcende a sala de aula, podendo ser encontrado no cotidiano da população como evidenciado pelos/as entrevistados/as.

Na sequência da questão anterior, perguntamos aos/às entrevistados/as: “O que entendes por racismo?”. As respostas a esta questão encontram convergência entre si, pois os/as entrevistados/as responderam que entendem o racismo como a discriminação racial que se baseia na crença de que certos grupos étnicos ou raciais são superiores em relação a outros. A compreensão sobre o racismo trazida pelos/as entrevistados/as dialoga com as falas de Munanga (2003), que aponta o racismo como uma ideologia essencialista que postula a divisão humana em raças associadas às características físicas hereditárias e comuns; estas características são de ordem psicológica, moral, intelectual e estética. Segundo Nunes (2010), o racismo está presente nas relações humanas desde a antiguidade embora o termo tenha sido usado somente nas décadas de 1920 a 1930, com o aumento do antissemitismo na Alemanha. Munanga (2003), cita que o racismo se origina no mito bíblico sobre Noé no qual resulta a primeira classificação religiosa da diversidade humana entre os três filhos de Noé, a citar: Jefe (ancestral da raça branca), Sem (ancestral da raça amarela) e Cam (ancestral da raça negra). Segundo Nunes (2010), o Alcorão também evidencia a existência de discriminação racial entre os muçulmanos e isso é evidenciado em versos do poeta Sehaym, morto em 660 (século XII) que apresentam uma associação do ser negro à feiura, inferioridade e a problemas de caráter.

Além das narrativas religiosas sobre o negro, Santos (2016), aponta que nos escritos antigos de atores gregos e romanos que tiveram acesso ao norte do continente africano já se descrevia povos africanos de forma estereotipada. Estes eram animalizados e lidos como primitivos por causa da sua aparência e do modo de vida. Posteriormente, estes mesmos estereótipos passaram a ser associados à cor da pele do povo africano fazendo com que estes fossem animalizados e subalternizados não só pela sua cultura, mas também pela cor da pele

que habitam. Na sequência, para justificar o desejo capitalista europeu sob as riquezas das terras africanas acessadas através da expansão marítima decorrida entre o século XV e o início do século XVII com a finalidade de restaurar o poder econômico perdido com a crise econômica vivenciada na Europa Ocidental que provocou grandes ciclos de fome nos séculos XIV e XV, os europeus, se apropriaram das narrativas racistas criadas sobre o povo negro para justificar a colonização, a escravidão e o tráfico de escravos e escravizados no continente africano. Assim, a ideia racista de que o povo negro era “bárbaro, primitivo, selvagem e inferior” foi usada como justificativa da colonização dando ao europeu o direito de se autopromover como tutor do povo africano.

Desta feita, com a compreensão sobre o que é o racismo, como ele se apresenta e estrutura as relações sociais, seguimos a pesquisa refletindo sobre a existência ou não do racismo em Angola, trazendo ao estudo além da percepção dos/as entrevistados/as, casos midiáticos que provocaram o debate racial em Angola, isso por compreender como apontado por Carraça (2012), o impacto das mídias na percepção que temos sobre a realidade à nossa volta.

3.4 ACORDOS E DESACORDOS SOBRE A EXISTÊNCIA DO RACISMO EM ANGOLA

Quando questionados sobre a existência ou não do racismo em Angola, houve uma discordância de opinião sobre o tema. Observou-se que a metade dos entrevistados/as responderam afirmando que sim, existe racismo em Angola e a outra metade afirmou que não existe racismo no país.

Em suas respostas, os/as entrevistados/as que afirmaram existir racismo em Angola apontaram que o fenômeno é perceptível no tratamento desigual de pessoas de tom de pele diferente e que pessoas com o tom de pele mais clara são mais favorecidas no país. Apontaram, ainda, que embora em Angola o racismo não se apresente de forma tão acentuada como em outros países, o fenômeno é uma realidade na sociedade angolana que se manifesta nas relações de conflito entre os povos de diferentes nacionalidades, sendo possível perceber a existência de um racismo produzido pelos/as angolanos/as para com as populações estrangeiras vivendo no país.

Com estas respostas, adentramos ao debate sobre colorismo, aqui entendido como:

[...] a relação entre o tom de pele de uma pessoa e a obtenção de privilégios, experiências de discriminação e execução de direitos (Hunter, 2007). Nesse sentido, quanto mais clara a pele de uma pessoa, mais oportunidades ela terá em termos de

educação, saúde, emprego, habitação e quaisquer outros direitos ou privilégios, assim como menor probabilidade de sofrer uma agressão verbal ou física em função de discriminação. De modo oposto, quanto mais escura a pele de uma pessoa, menor a possibilidade de obter saúde de qualidade, bom emprego e habitação ou quaisquer outros privilégios/consecução de direitos. Quanto mais escura a pele de uma pessoa, maior a chance dessa pessoa ser agredida verbal ou fisicamente, incluindo ser presa ou ter sentenças mais severas por determinado crime ou delito. (Mizael; Castro; Dittrich, 2021, p. 66)

De acordo com a citação acima, compreende-se que o colorismo atribui vantagens e desvantagens aos indivíduos conforme o seu tom de pele, ainda que sejam da mesma raça. Segundo Mizael, Castro e Dittrich (2021), o colorismo está relacionada ao racismo pois, além dele surgir como uma ferramenta de manutenção da supremacia branca (estética, ideológica e mental), tal como o racismo, o colorismo parte das características fenotípicas do indivíduo tais como: a cor da pele, a textura do cabelo, o formato do nariz e lábio para reforçar a afirmação de que pessoas de pele escuras são inferiores comparadas a pessoas de pele clara.

Seguindo com a análise, os/as entrevistados/as que alegaram a não existência do racismo justificaram que isso se dá porque o povo angolano é acolhedor e vive uma relação de irmandade com a população estrangeira residente no país, o que faz com que não exista racismo em Angola, mas sim complexos de superioridade. Aqui, nota-se um equívoco na compreensão do que chamamos de racismo e do que as pessoas entendem por racismo. Pois é perceptível pela justificativa dos/ os entrevistados/as, que ao invés do racismo, as suas respostas adentram ao debate sobre xenofobia, assunto que não será desenvolvido por esta pesquisa.

Ainda sobre o debate da existência ou não do racismo em Angola, em seu artigo intitulado “Racismo estrutural e (neo)colonização: uma análise sobre a identidade cultural em Angola a partir da epistemologia afrocêntrica”, Agostinho (2022), aponta que

Podemos afirmar que em Angola estamos diante de um racismo “oculto”, que gera e organiza um sistema de poder, mas não é percebido, não é aceito. Ele gerencia os nossos discursos racistas de modo a não sentirmos a gravidade do preconceito racial existente neles; é influência ao clareamento da pele (paculamento), mas “nos mantém” distante da ideia de que esse é um processo de negação à própria raça. (p. 19).

A ocultação do racismo que por sua vez origina a discordância de opinião sobre a existência ou não do racismo em Angola é compreendida quando feito uma retrospectiva na história do país. De acordo com Tchicuhonga (2022), após a independência de Angola, a repreensão portuguesa sobre o país levou o governo angolano a ignorar a criação de políticas públicas que dialogassem com as características e as necessidades da população angolana; assim,

embora independente, Angola seguiu sendo governada com as mesmas ideologias do colonizador.

Em Angola, por exemplo, a PIDE era um órgão que reprimiu toda e qualquer organização que não se alinhava com as políticas coloniais. É por isso que quando a independência foi alcançada em 1975, a Sociedade Civil era muito fraca, sem ação, ou seja, quase nunca se falava dela. [...] O regime português foi um órgão de repressão sistemática a nível doméstico e reproduziu as mesmas misérias em África, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e praticamente nenhum direito válido aos seus nativos. [...] Podemos assim dizer que quando Angola alcançou a independência, a sua ideologia política apoiava-se necessariamente nos princípios marxistas-leninistas, uma espécie de herança colonial, suprimindo qualquer tipo de organização que não se alinhasse com as tendências que professava. (Tchicuhonga, 2022, p. 11-12)

Tchicuhonga (2022), aponta que apesar de Angola ter se tornado independente de Portugal, a herança colonial se manteve viva no país, ditando regras e moldando as relações sociais da população angolana. No ano de 2008, após o partido que estava no poder à época, qual seja, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a maioria parlamentar permitirem a inclusão de identificação racial nos bilhetes de identidade dos cidadãos angolanos, o assunto se tornou uma polêmica no país e em Portugal, dando origem a uma discussão sobre “discriminação racial no Bilhete de Identidade (BI)”³. Entendemos que isso se dá por compreender-se que o uso da categoria raça para identificar a população angolana seria um mecanismo do governo de exclusão da população branca do país.

Um ano após o debate sobre a inclusão da identidade racial no BI da população angolana, o documento passou a ser emitido sem a categoria raça. De acordo com a matéria publicada na página “Mundo Lusíada”⁴ no dia 12 de outubro de 2009, além da polêmica que houve sobre o assunto, na ocasião, a ministra angolana da justiça Guilhermina Prata, havia apontado que a remoção da categoria raça nos bilhetes de identidade dos cidadãos angolanos se deu, porque além das críticas, no estudo feito para a elaboração do novo BI, consultou-se a legislação de onze países e em nem um deles havia referência a raça dos cidadãos.

A discussão sobre a possível discriminação que a população branca sofreria em Angola com o uso da categoria raça nos bilhetes de identificação dos cidadãos angolanos nos remete a ideia de Henriques (2015), quando aponta que a colonização deixou marcas em Angola que o tempo não apagou e nem apagará tão cedo.

³ BORLADO, Ricardo. Sociedade discute discriminação racial no BI. Disponível em:

https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sociedade-discute-discriminacao-racial-no-bi_n144992. Acesso em: 09. maio. 2024.

⁴ Mundo Lusíada. RG dos angolanos omitira menção à raça. Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cplp/rg-dos-angolanos-omitira-mencao-a-raca/>. Acesso em: 09 maio. 2024.

Passados 40 anos da independência, o legado colonial em Angola não se sente apenas na arquitectura da cidade. O discurso que se lê nos murais está, também, nas palavras dos angolanos na rua. Das fracturas que o colonialismo deixou, nas relações raciais, há marcas que o tempo não apagou nem apagará tão cedo — marcas mais evidentes para uns do que para outros, marcas mais associadas ao colonialismo por uns do que por outros. Num país em que mais de 60% da população tem menos de 24 anos, a maioria não viveu o período em que havia um “apartheid” em Angola, pelo menos informal: o sociólogo Paulo de Carvalho, professor na Universidade Agostinho Neto, 55 anos, lembra-se de uma Angola colonial em que havia separação das raças, social e também espacial. Nas cidades estavam o casco urbano, onde viviam os brancos, e nos anéis circundantes os musseques, onde viviam os negros. (Henrique, 2015, n.p)

De acordo com Isaac *apud* Henrique (2015), diferente de outros países como o Brasil onde o racismo se apresenta de forma escancarada, em Angola, o racismo se apresenta de forma sutil, o que faz com que a sua identificação só ocorra quando analisada a disparidade da realidade socioeconômica entre pessoas brancas e negras que vivem no país. Isaac *apud* Henrique (2015), aponta também que a desigualdade social vivenciada em Angola entre pessoas negras e brancas não pode ser compreendida como uma questão de classe e sim de raça, uma vez que no país é óbvio o tratamento desigual entre pessoas negras e pessoas brancas.

O problema coloca-se quando um engenheiro estrangeiro branco chega a Angola e há diferença de tratamento", sublinha Elias Isaac. “Vai encontrar um médico angolano e um expatriado a fazerem o mesmo trabalho, mas a ganharem salários diferentes e a viverem em condições sociais completamente diferentes. O poder político incentiva esta diferenciação. O Governo aceita praticar essa diferença. E isto é uma questão racial porque não acontece a mesma coisa com alguém da Zâmbia ou do Zimbabwe que vem trabalhar aqui. Em parte, este fenómeno explica-se com a síndrome que permanece no inconsciente colectivo de povos que foram colonizados — o sentimento de dominado passa de geração em geração. É isso que o leva a dizer: até certo ponto, houve independência, mas não descolonização das mentes. (Isaac *apud* Henrique, 2015)

Apesar da negação da existência do racismo em Angola, vários são os casos e denúncias que contrariam essa afirmação mostrando que o racismo é uma realidade no país e que ele pode ser observado na diferença do tratamento das pessoas por causa do tom de pele ou da raça. O *rapper* Yannick Afroman aborda sobre a realidade social angolana em suas músicas e já teceu críticas sobre o assunto no álbum “O vencedor”, lançado no ano de 2006. No tema “Realista” o artista apresenta diversas formas de como o racismo se manifesta na sociedade angolana. Um dos trechos de uma de suas músicas diz:

[...] Não sei como é que é na tua banda (país, bairro, cidade, rua, etc.) mas aqui
 Numa empresa quando tem bué de (muitos) claros é porque pagam bem
 Se tiver bué de negros podes crer é porque o salário não convém
 Há sítios que o negro é barrado mesmo que bem apresentado

Mais o branco pode entrar de chinelos, calção, partes escorno (regata) ou de fato macaco (macacão)
 Você até fica fraco, não é preciso ir na Alemanha, Brasil ou em Portugal
 Em Angola o negro discrimina o negro igual
 Nenhum branco quer ser negro
 Mas a maioria dos negros querem ser brancos
 Seus pancos[...]

Apesar da música ter sido lançada no ano de 2006, ela faz críticas a realidades sociais vivenciadas em Angola até hoje. No ano de 2018, o fotógrafo e ativista angolano Simão Hossi, foi humilhado e expulso ⁵do restaurante “Café del Mar”⁶ localizado na ilha de Luanda. Após a repercussão do caso, o restaurante alegou que a expulsão se deu porque Hossi estava mal vestido. Como evidenciado pelo rapper Yannick Afroman (2006), esse rigor em relação a vestimenta só se aplica em relação a pessoas pretas, pois pessoas brancas vão para esses locais de forma considerada desleixada e não são barradas.

Três anos depois da repercussão do caso do Simão Hossi, um outro caso chamou a atenção da sociedade angolana. No ano de 2021, uma estátua de um anjo branco⁷, vestindo uma armadura de guerra, pisando e apontando uma espada na cabeça de um demônio de pele preta, foi registrada na entrada do hotel Portugália localizado em Malange, uma das províncias de Angola. Após denúncias de racismo por se compreender que a estátua que se apresentava no hotel português representava a narrativa política europeia de dominação e subalternização do povo europeu para com outros povos e uma petição assinada por ativistas sociais e figuras importantes do país pedindo sua remoção em dez dias, o hotel lançou um vídeo mostrando que a estátua havia sido removida.

Um ano depois do caso da estátua, uma onda de protestos criados por estudantes angolanos se iniciou, para criticar as proibições impostas aos/as estudantes que usavam o cabelo crespo natural⁸. Embora não conste na legislação angolana a proibição do uso do cabelo crespo e a obrigação do uso do cabelo cortado nas dependências da escola, notou-se que as escolas públicas angolanas proíbem alegando que o corte do cabelo colabora com a higiene e evita a violência. Os/as estudantes descreveram a proibição como um ato de discriminação e continuidade das práticas de segregação colonial, pois, partido da ideia do colorismo aqui

⁵ Solicitamos a adesão à pesquisa de todas as pessoas que preencheram o formulário virtual.

⁶ TSANDZANA, Dércio. Angola: expulsão de cliente em restaurante por alegada má apresentação gera indignação. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2018/09/09/angola-expulsao-de-cliente-em-restaurante-por-alegada-ma-apresentacao-gera-indignacao/>. Acesso em: 09 maio. 2024.

⁷ LUAMBA, Manuel. Estátua polêmica reacende debate sobre racismo em Angola. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/est%C3%A1tua-pol%C3%A9mica-reacende-debate-sobre-racismo-em-angola/a-57696828>. Acesso em: 09. maio. 2024.

⁸ Global voices. Corte de cabelo de estudantes provoca protestos em escolas Angolanas: os alunos perdem aulas por conta do seu cabelo. Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2022/11/03/corte-de-cabelo-de-estudantes-provoca-protestos-em-escolas-angolanas/>. Acesso em: 09. maio. 2024.

apresentada, é perceptível o tratamento desigual dos estudantes em relação ao seu tom de pele uma vez que a mesma escola que proíbe o estudante preto de assistir aula por este ter cabelo crespo é a mesma que acolhe o estudante branco ou negro de pele clara na mesma condição.

Em resposta a esta polémica, em 2022, o Ministério da Educação na pessoa da ministra Luísa Grilo, lançou uma nota orientando as escolas a combater a discriminação e realçou que as escolas devem respeitar a diferença nas diversas formas que os estudantes se apresentam com os seus cabelos desde que estes não subvertem o código de conduta e disciplina escolar.

Percebe-se que, além do racismo, os três casos aqui relatados têm algo em comum: eles só foram denunciados por causa da repercussão que tiveram a nível nacional e internacional. Seguindo com o questionário, quando perguntado aos/ os entrevistados/as se já vivenciaram ou presenciaram algum ato racista em Angola, a resposta ficou dividida igualmente entre o sim e o não. Como justificativa da vivência ou testemunha ocular de atos racistas, alguns/algumas dos/as entrevistados/as que afirmaram existir racismo em Angola apontaram que, embora acreditem que o racismo não se manifeste no país como se manifesta em outros lugares como o Brasil, ele é uma realidade em Angola que pode ser observada no favorecimento de pessoas brancas e negras de pele clara na prestação de serviços e nos locais de serviço. Em contrapartida, os participantes que discordaram da existência do racismo em Angola, apontaram que o fato se dá porque o povo angolano é acolhedor e a relação que mantém com outros povos é de irmandade.

Em conexão à pergunta anterior, os/as entrevistados/as que apontaram já terem vivenciado ou presenciado algum ato racista em Angola, responderam à última pergunta do questionário: “Se sim, nos conte o que vivenciaste ou viste quando tal fato aconteceu”. Algumas/alguns deles/as contaram que presenciaram casos de racismo no país ao observar discussões de pessoas de raças diferentes, como o caso apontado de um português que chamou um angolano de macaco. Um dos entrevistados também apontou que observou que, no passado, os colégios angolanos privilegiavam bastante os estudantes brancos. Embora afirmem já terem vivenciado ou presenciado um ato racista em Angola, quando relatado os casos, percebe-se que eles não se relacionam diretamente com os nossos/as entrevistados/as.

Tendo em conta o fato de que todos/as os/as entrevistados/as responderam já terem ouvido falar sobre raça e racismo em algum momento das suas vidas, entende-se que a discordância de opiniões sobre a existência ou não do racismo em Angola não parte de um desconhecimento sobre o debate das relações étnico-raciais, mas sim da diferença de percepção que cada um/a tem sobre o assunto por motivos que não foram aprofundados neste estudo,

abrindo a possibilidade para que outras pesquisas abordando raça e racismo em Angola sejam realizadas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste artigo foi investigar as impressões dos/as jovens angolanos/as residentes de Luanda (capital de Angola) desde seu nascimento sobre a existência ou não do racismo no país. Para a construção desta investigação, trilhamos um caminho onde buscamos inicialmente introduzir os conceitos de **raça**, compreendida como uma categoria analítica reivindicada pela sociologia para estudar, analisar e compreender a formação das sociedades humanas; **racismo antinegro**, conceito criado para evidenciar o racismo sofrido por pessoas negras e **juventude**, pela compreensão de que este é um marcador que orienta a vida em sociedade.

Em seguida, tecemos uma reflexão sobre a existência ou não do racismo em Angola, através da percepção dos/as jovens angolanos/as. Estas percepções foram obtidas através de um formulário virtual disponibilizado para 10 (dez) jovens angolanos/as (5 mulheres e 5 homens), selecionados através da idade, nacionalidade, moradia, raça e cor. Através das reflexões realizadas na pesquisa, percebeu-se que, o debate sobre raça e racismo não é uma novidade para os/as jovens angolanos/as vivendo na cidade de Luanda, pois, estes têm acesso a este debate nos lugares frequentados por eles.

Em relação ao debate sobre a existência ou não do racismo em Angola, percebemos uma discordância de opiniões sobre o assunto. Das 6 (seis) respostas analisadas, observou-se que 3 (três) dos/as entrevistados/as responderam afirmando que sim, existe racismo em Angola e as/os outros/as 3 afirmaram que não existe racismo no país. Como justificativa da existência do racismo no país, os/as entrevistados/as que afirmaram a existência do racismo em Angola citaram o **colorismo**, compreendido como uma ferramenta de manutenção da supremacia branca. Já os que negaram a existência do racismo no país, citaram a irmandade do povo angolano para com a população estrangeira residente no país.

Dito isto, a pesquisa “Uma reflexão sobre a (in)existência do racismo em Angola: o que pensam os/as jovens que vivem em Luanda”, fez-nos perceber a importância do debate étnico-racial no país e a possibilidade de mais reflexões que podem ser alcançadas em novos estudos adiante. Desse modo, diante do que foi exposto, com as divergências das respostas,

percebe-se a necessidade do fortalecimento das discussões raciais em diversos âmbitos da sociedade angolana.

REFERÊNCIAS

AGOSTINHO, Bartolomeu José Epalanga. **Racismo estrutural e (neo)colonização: uma análise sobre a identidade cultural em Angola a partir da epistemologia afrocêntrica**. 2022. 22 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Ciências Sociais) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2022.

ALMEIDA, Lisandra. **A interferência do kimbundu na língua portuguesa falada em Luanda**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Letras) - Universidade Veiga de Almeida, Rio de Janeiro, 2013.

ALVES, Leonardo Dias. **A divisão racial do trabalho como um ordenamento do racismo estrutural**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/NVD7NG3FPfcQ5MsmkfCwthd/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 9 maio. 2024.

BASTOS, Jennifer E. de Sousa; SOUSA, Julia M. de Jesus; SILVA, Pollyana M. Narciso; AQUINOS, Rafael Lemes. **O uso do questionário como ferramenta metodológica: potencialidades e desafios**. *Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences*, 5(3), 623–636. Disponível em: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n3p623-636>. Acesso em: 9 maio. 2024.

BAGETTI ZEIFERT, Anna Paula; AGNOLETTI, Vitória. **O pensamento descolonial e a teoria crítica dos direitos humanos: saberes e dignidade nas sociedades latino-americanas**. *Revista Húmus*, v. 9, n. 26, 13 Set 2019. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/revistahumus/article/view/1207> . Acesso em: 09 maio de 2024.

BERND, Zilá. **Racismo**. In: Racismo e anti-racismo. São Paulo: Moderna, 1994.

BORLADO, Ricardo. **Sociedade discute discriminação racial no BI**. 2008, Disponível em: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/sociedade-discute-discriminacao-racial-no-bi_n144992. Acesso em: 9 maio. 2024.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. **Colonialidade e decolonialidade no ensino da História e cultura indígena**. In Protagonismo indígena na história / Fábio Feltrin de Souza, Luisa Tombini Wittmann (Organizadores). - Tubarão, SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. 367 p.; 21 cm. - (Educação para as relações étnico- raciais; v. 4). Disponível em:

<https://ayalaboratorio.wordpress.com/wp-content/uploads/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-na-histc3b3ria.pdf> . Acesso em: 9 maio. 2024.

CAMPOS, Luís; CANAVEZES, Sara. **Introdução à globalização**. Instituto Bento Jesus Caraça Departamento de Formação da CGTP-IN. 2007

CAREGANATO, Lucas. **Em terras do Ngola e do Manikongo**: descrição dos reinos do Congo e Ndongo no século XV. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26, 2011, São Paulo. Anais [...]. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300849331_ARQUIVO_Texto-ANPUH-SP.pdf. Acesso em: 9 maio. 2024.

CARRANÇA, Flávio. **O combate ao racismo nos meios de comunicação**. in mídia e racismo / Roberto Carlos da Silva Borges e Rosane Borges (orgs.). - Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012. Disponível em: <https://negrasoulblog.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/04/roberto-carlos-da-silva-borges-e-rosane-borges-orgs-mc3addia-e-racismo.pdf> . Acesso em: 9 maio. 2024.

CORTE de cabelo de estudantes provoca protestos em escolas angolanas: os alunos perdem aulas por conta do seu cabelo. Global Voices Lusofonia. 2022, Disponível em: <https://pt.globalvoices.org/2022/11/03/corte-de-cabelo-de-estudantes-provoca-protestos-em-escolas-angolanas/>. Acesso em: 09 maio. 2024.

FERNANDES, Sílvia. **Sociologia da juventude – olhares interdisciplinares e intertemáticos**. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 9, n. 2, maio - agosto 2019, pp. 339-350. Disponível em: <https://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/758/pdf> Acesso em: 09 maio de 2024.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal à morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Como trabalhar com "raça" em sociologia**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 93-107, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/DYxSGJgkwVyFJ8jfT8wxWxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 maio. 2024.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. **Racismo e anti-racismo no Brasil**. São Paulo: Fundação de Apoio a Universidade de São Paulo. II ed. 2005.

HENRIQUE, Joana Garjão. **Racismo em português: o lado esquecido do Colonialismo**. Lisboa: Tinta da China. 2016.

HENRIQUE, Joana Garjão. Angola: **houve independência, mas não descolonização das mentes**. 2015, Disponível em: <https://acervo.publico.pt/mundo/noticia/houve-independencia-mas-nao-descolonizacao-das-mentes-1712736>. Acesso em: 09 maio. 2024.

INE, Instituto Nacional de Estatística. **População e sociedade**: características dos/as jovens em Angola. 2020. Disponível em:

https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_637692021905300155.pdf . Acesso em: 09 maio de 2024.

LEITÃO, Tiago Jorge da Silva Ferreira. **História Dolorosa:** perspectivas dos alunos sobre as raízes do racismo e alguns preconceitos. Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2021. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/139344/2/527261.pdf>. Acesso em: 09 maio de 2024.

LUAMBA, Manuel. **Estátua polêmica reacende debate sobre racismo em Angola.** 2021, Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/est%C3%A1tua-pol%C3%A9mica-reacende-debate-sobre-racismo-em-angola/a-57696828>. Acesso em: 9 maio. 2024.

LUAMBA, Manuel. **Vítima de racismo em Luanda tem ação judicial em vista.** 2018, Disponível em: <https://www.dw.com/pt-002/v%C3%ADtima-de-racismo-na-ilha-de-luanda-tem-a%C3%A7%C3%A3o-judicial-em-vista/a-45349920>. Acesso em: 9 maio. 2024.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra.** Lisboa: Antígona Editores Refractários, 2014.

MIZAEEL, Medrado Táhcita; CASTRO, Marina S. L. Bezerra; DITTRICH, Alexandre. **Uma interpretação analítico-comportamental do colorismo e de suas implicações clínicas.** Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis del Comportamiento, [S. l.], v. 29, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/acom/article/view/80314>. Acesso em: 9 maio. 2024.

MIRANDA, Aline. **Marcadores Sociais:** o conceito na construção de políticas públicas. 2021, Disponível em: <https://www.clp.org.br/marcadores-sociais-o-conceito-na-construcao-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 09 maio de 2024.

MOREIRA, Jacqueline de Oliveira; ROSÁRIO, Ângela Buciano; SANTOS, Alessandro Pereira. **Juventude e adolescência: considerações preliminares.** Psico, [S. l.], v. 42, n. 4, 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/8943> . Acesso em: 09 maio de 2024.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia.** Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação -PENESB -RJ, 05/11/2003. Disponível em: <https://www.ufmg.br/inclusaosocial/?p=59>. Acesso em: 9 maio. 2024.

Mundo Lusíada. **RG dos angolanos omitir menção à raça.** Disponível em: <https://www.mundolusiada.com.br/cplp/rg-dos-angolanos-omitira-mencao-a-raca/>. Acesso em: 09 maio 2024.

NUNES, Sylvia da Silveira. **Racismo contra negros:** um estudo sobre o preconceito sutil. 227 f. Tese de (Doutorado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

OLIVEIRA, Sílvia de. **Dinâmicas educativas da juventude angolana**. Revista Angolana de Sociologia Online], publicado em 2011, Disponível em: <http://journals.openedition.org/ras/580>. Acesso em: 9 maio. 2024.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Muitas palavras: a discussão recente sobre juventude nas Ciências Sociais**. 2007. Disponível em: https://nau.ufflch.usp.br/files/upload/paginas/Artigo-Alexandre-Barbosa-Pereira_0.pdf. Acesso em: 09 maio de 2024.

PEREIRA, Luena N. Nunes. **Os Bacongós de Angola/ etnicidade, religião e parentesco num bairro de Luanda**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2015.

SANTOS, Aline dos. **#Somos todos macacos. O preconceito racial no futebol: discurso e memória**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016. 83 fL. Disponível em: <http://www.repositorio.ufal.br/handle/riufal/3736>. Acesso em: 9 maio. 2024.

TCHICUHONGA, Isaura Nangombe. **A sociedade civil angolana no contexto da participação política, desde a independência aos processos democráticos (1975-2012)**. 2022.

VARGAS, João H. Costa. **Racismo não dá conta: antinegitude, a dinâmica ontológica e social definidora da modernidade**. Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Em Pauta, Rio de Janeiro _ 1o Semestre de 2020 - n. 45, v. 18, p. 16 – 26. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2020.47201>. Acesso em: 9 maio. 2024.

VELIQ, F.; MAGALHÃES, P. A “Colonização é aqui e agora”: elementos de presentificação do racismo. **TRANS/FORM/AÇÃO: Revista de Filosofia da Unesp**, [S. l.], v. 45, n. Special Issue 2, p. 111–128, 2023. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/transformacao/article/view/2022-01-06>. Acesso em: 09 maio de 2024

WHEELER, Douglas; PELISSIER, Rene. **História de Angola**. Lisboa: Editora Tinta-da-China. 2013.

WOOD, Ellen Meiksins. **O que é (anti)capitalismo?** Crítica Marxista, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.17, 2003, p.37-50. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo99artigo2.pdf Acesso em: 09 maio de 2024.

YANNICK Afroman. **Realista**. 2006, Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oFDjemm3OI8>. Acesso em: 09 maio de 2024.